



-----**Mandato 2013/2017**-----

-----**Conferência de Representantes dos Grupos Municipais**-----

-----**Draft da Ata Número Quarenta e Seis**-----

---Aos quinze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis reuniu no *Foyer* pequeno do Fórum Lisboa, sito no Edifício da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos dos artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo do Regimento deste órgão para o mandato dois mil e treze - dois mil e dezassete, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a qual foi presidida pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, tendo estado presentes os Deputados Municipais que assinaram a lista de presenças em anexo.-----

---Esteve ainda presente, nos termos do número três do artigo vigésimo sétimo do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, e, em representação da Câmara Municipal de Lisboa, o seu Vice-Presidente, Senhor Vereador Duarte Cordeiro que, também, assinou a referida lista.-----

---Às doze horas e cinco minutos, a Senhora Presidente deu início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1. Preparação da 95ª reunião da Assembleia Municipal (doc.1)-----
2. Lista de matérias e propostas pendentes (doc. 2)-----
3. Ajustamento do Calendário (doc. 3)-----
4. Proposta de debate temático “A Economia na Cidade e o Trabalho - Perspectivas para o Futuro” apresentado pelo PCP (doc. 4)-----
5. Outros assuntos-----

---A **Senhora Presidente** começou por informar que a Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar não iria estar presente, e, ainda, que faltavam alguns Senhores Representantes que estavam retidos na reunião da 1.ª Comissão que estava a decorrer nesse momento.-----

---Seguidamente fez referência a um documento, dizendo que o mesmo era relativo a alguns assuntos que não se encontravam da ordem de trabalhos e que não eram para resolver durante a reunião, mas em relação aos quais gostaria de ir adiantando algumas considerações.-----

---Informou que durante o primeiro trimestre de dois mil e dezasseis iria ter lugar um debate temático sobre o Parque Florestal de Monsanto que havia sido solicitado pelo Partido Ecologista “Os Verdes”. Acrescentou que havia uma proposta do PCP para realização de um outro debate temático sobre a economia e o trabalho na cidade de Lisboa.-----

---Referiu que se encontrava ainda pendente o Regulamento Municipal do Arvoredo porque a 4.ª Comissão Permanente queria fazer uma sessão pública, mas não havia meio de agendar a mesma.-----

---Proseguiu, dizendo que era necessário fazer um ponto de situação relativamente ao Plano Hospitalar de Lisboa e da Rede de Cuidados Continuados, o que poderia ser feito em conjunto com a situação da Colina de Santana, uma vez que se tratava de assuntos que estavam intimamente ligados.-----

---Disse que poderia diligenciar no sentido do Governo se fazer representar numa sessão da Assembleia Municipal que tivesse como primeiro ponto da ordem do dia um debate de atualidade no qual o tema em questão pudesse ser devidamente explicado, concluindo que tal também poderia ser feito em sede de Comissão.-----

---Frisou que o assunto da Colina de Santana estava parado à espera do referido Plano, mas que, entretanto, tinham sido divulgadas algumas notícias sobre cuidados continuados e sobre a realização de acordos com a Santa Casa da Misericórdia, mais precisamente a disponibilização de



camas para os Hospitais da Estrela e do Pulido Valente, ou seja, circunstâncias que teriam que acompanhar.-----

---De seguida, salientou, em relação ao “Portugal 2020”, que estava a receber informação da Área Metropolitana de Lisboa absolutamente indecifrável, uma vez que não eram enviados os documentos devidos.-----

---Deu nota de estar em fase de negociações, na Área Metropolitana de Lisboa, o Regime Jurídico dos Transportes Coletivos de Lisboa, sublinhando que o mesmo estava a gerar grande discussão e que estava muito difícil chegar a um acordo.-----

---Referiu que o Governo estava a transferir verbas para a Área Metropolitana de Lisboa nesse âmbito, e que a Assembleia Municipal continuava a não ter grande informação sobre o assunto, não obstante ir recebendo uns editais que iam dando conta do agendamento de determinados assuntos e propostas.-----

---Sugeriu como possíveis soluções ou a realização de um debate específico para o qual seria convocado o Primeiro-Secretário da Comissão Executiva Metropolitana para prestar as explicações devidas, ou a solicitação da intervenção da 8.ª Comissão, com a realização de uma reunião “fechada” ou aberta a todas as forças políticas.-----

---Sublinhou que nos termos do Regime Jurídico das Autarquias a Assembleia Municipal de Lisboa tinha competência para convocar o Secretariado Executivo Metropolitano, com o limite de duas vezes por ano, para responder perante si, em sede de Plenário, pelas atividades desenvolvidas no âmbito da área metropolitana do Município de Lisboa, e recordou que em dois mil e dezasseis ainda não o haviam feito.-----

---Explicitou que a solução alternativa seria a da 8.ª Comissão desenvolver um trabalho preparatório, analisando os documentos disponíveis, e ouvindo o Senhor Primeiro-Secretário, mas em sede de reunião de comissão.-----

---**O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos** disse concordar com ambos os cenários, mas, frisou, que a optar pelo segundo, deveria estar salvaguarda a presença de todas as forças políticas, mesmo que as que não tivessem assento na 8.ª Comissão.-----

---**A Senhora Presidente** expressou que a melhor solução poderia passar por tratar o assunto a dois tempos, sendo que numa primeira fase seria desenvolvido um trabalho a nível da 8.ª Comissão, nos termos a que já tinha aludido, ou seja, análise de documentos e audição do Secretariado Executivo Metropolitano, mas, também, com audição da Câmara Municipal de Lisboa, uma vez que seria importante conhecer o que estava a ser feito no Conselho Metropolitano do qual fazia parte, e numa segunda fase seria realizado um debate específico, no qual pudesse já ser discutida uma recomendação ou um parecer da 8.ª Comissão.-----

---Quanto ao estado do “Portugal 2020” na Área Metropolitana de Lisboa, disse que iria solicitar ao Primeiro-Secretário da Comissão que fizesse, por escrito, um ponto da situação sobre o mesmo, e que, na sequência da receção dessa resposta, pensariam no passo seguinte a dar.-----

---Proseguiu, dizendo que pretendia agendar dois temas que lhe eram muito caros, mais precisamente, “Comemorações dos 40 anos da aprovação da Constituição da República Portuguesa” e “Comemorações dos 40 anos das primeiras eleições para o Poder Local Democrático”, lembrando que tinha vivido de perto ambas as efemérides.-----

---Explicou que a ocorrência relativa ao segundo tema só teria lugar no final do ano, uma vez que essas primeiras eleições haviam decorrido em dezembro de mil novecentos e setenta e seis--- Neste momento, entraram os restantes membros da Conferência.-----



----**A Senhora Presidente** retornou aos assuntos extra-agenda que já tinha abordado anteriormente, justificando que os Senhores Representantes que tinham acabado de entrar na reunião não tinham ouvido as considerações que havia feito.-----

----Começou pelo Regulamento Municipal do Arvoredos e explicou que havia um regulamento para aprovar nessa matéria e que já havia sido pedido à 4.ª Comissão que agendasse uma reunião aberta, pública, antes da aprovação do referido documento, para que fossem ouvidas todas as entidades que era conveniente ouvir.-----

----Frisou que não se justificava que sendo aquele um assunto tão urgente estivesse tanto tempo a aguardar solução.-----

----Pedi aos três deputados que se encontravam presentes e que eram membros da 4.ª Comissão que solicitassem à respetiva Presidente que procedesse à disponibilização de uma data para o efeito.-----

----Retomou o assunto do Plano Hospitalar de Lisboa e da Rede de Cuidados Continuados, reafirmando que estava na altura de pedir explicações sobre aquela matéria e que tal poderia ser feito ao Senhor Ministro responsável naquela área, ou a um seu representante, numa reunião conjunta da 6.ª Comissão Permanente e da Comissão de Acompanhamento da Colina de Santana.-----

----No tocante ao assunto do “Portugal 2020”, transmitiu que iria enviar um ofício ao Primeiro Secretário da Comissão Executiva Metropolitana, Senhor Eng.º Demétrio Alves, no sentido de ser feito um *briefing* sobre o mesmo, e ainda, que iria chamar os vários parceiros para que os pudessem ouvir sobre a mesma matéria.-----

----Repetiu o que de essencial havia dito um pouco antes sobre a questão dos transportes públicos e as negociações que estavam a decorrer entre o Governo, a CML e a AML, frisando que havia um conflito ao nível do próprio Conselho Metropolitano.-----

----Acrescentou que havia uma verba de três milhões de euros que era para ter sido transferida para a entretanto extinta AMTL -Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, que acabara por transitar para a Área Metropolitana de Lisboa.-----

----Reiterou a necessidade de serem ouvidos a Transportes de Lisboa, a CML e o Primeiro-Secretário da Comissão Executiva, e, eventualmente, alguém do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente que era quem representava o Governo nas referidas negociações.-----

----Solicitou aos restantes membros da Conferência, a propósito das comemorações dos 40 anos das primeiras eleições para o Poder Local, que apresentassem ideias e propostas, informando que o Senhor Representante do PCP já o havia feito através de ofício no qual indicava alguns nomes.-----

----Aventou a hipótese de encomendar um pequeno filme histórico, um documentário, à jornalista Diana Andringa, a qual poderia, na sua opinião, fazer uma pesquisa nos arquivos da RTP, e justificou que seria mais interessante que a sessão comemorativa tivesse imagens e não só pessoas a falar.-----

Ponto 1: Preparação da 95ª reunião da Assembleia Municipal-----

----**A Senhora Presidente** entrou na apreciação da ordem de trabalhos da nonagésima quinta reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (doc. n.º 1) referindo que havia um aditamento à mesma relativo ao pedido de suspensão de mandato da Senhora Deputada Municipal do Partido Socialista Margarida Mota que estava a desempenhar funções no Gabinete da Senhora Vereadora Catarina Albergaria.-----

----**O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos** disse que antes de prosseguirem na ordem



de trabalhos gostaria de voltar à questão do Regulamento Municipal do Arvoredo, sublinhando que durante as reuniões e as audições da 4.^a Comissão tinham sido levantadas questões jurídicas importantes e, em particular, a do não cumprimento do Regulamento pelas freguesias, dado tratar-se de um regulamento municipal.-----

----Acrescentou que outra questão levantada era a de se poder transformar o referido regulamento num mero manual ou numa recomendação, porquanto talvez se estivesse a discutir um regulamento que não iria ser cumprido por todos.-----

----Terminou, dizendo que talvez não houvesse muita utilidade em estar a agendar aquele assunto, antes de estarem resolvidas as questões jurídicas.-----

----**A Senhora Presidente** disse que a Senhora Presidente da 4.^a Comissão já tinha chamado a atenção para essa questão, tendo até sugerido que fosse pedido um parecer jurídico à DGAL.-----

----Salientou que só em última instância pediria um parecer ao referido Serviço, dado tratar-se de uma matéria de exclusiva competência municipal.-----

----Acrescentou que dado tratar-se de um regulamento municipal quem deveria pronunciar-se, em primeira instância, era o Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Lisboa, pelo que, para solicitá-lo, só necessitava que fosse devidamente formulada por escrito a questão a colocar.-----

----Sugeriu que no caso do parecer do Departamento Jurídico suscitar dúvidas pedissem, então, um parecer externo.-----

----Frisou que era uma grande defensora da autonomia do poder local, tendo muita dificuldade em submeter-se a pareceres de entidades governamentais, mesmo quando se tratava de pareceres interpretativos da Lei.-----

----**O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos** defendeu que seria necessário que a Câmara Municipal e as juntas consensualizassem algo sobre o assunto porque proceder-se à publicação de um regulamento que à partida já se sabia que não iria ser cumprido não fazia qualquer sentido.-----

----**A Senhora Presidente** disse que a Segunda-Secretária da Mesa, Deputada Municipal Margarida Saavedra, acabara de lhe chamar a atenção para o facto de que uma vez aprovado o regulamento, o mesmo se aplicaria a toda a gente.-----

----Salientou que teria que haver a preocupação da sua redação não ser ambígua e chamou a atenção para o poder que os senhores deputados tinham para alterar as cláusulas de um regulamento, não sendo, de todo, obrigados a votar a proposta de regulamento exatamente nos termos em ela fora aprovada na Câmara, ou seja, poderiam dar contributos, apresentar sugestões, alterar, ao contrário do que acontecia com outras matérias, como a do orçamento, em que apenas poderiam recomendar à Câmara, quando assim o entendessem, que procedesse a alterações.-----

----Acrescentou que aquele trabalho poderia e deveria ser feito em sede de comissão.-----

----**O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos** levantou uma segunda questão, que qualificou de recorrente, relacionada com os pareceres das comissões, dizendo que não lhe parecia razoável que, de forma quase sistemática, os pareceres a submeter ao Plenário só fossem distribuídos na véspera ou no próprio dia das reuniões.-----

----Sugeriu que fosse instituída pela Conferência uma “norma” que fixasse um prazo de antecedência mínima para distribuição dos referidos pareceres aos Senhores Deputados Municipais relativamente às datas das reuniões do Plenário, de forma a poderem ter tempo para ler e refletir sobre os mesmos.-----

----Deu o exemplo de um parecer da 1.^a Comissão que estava, naquele momento, nessas



circunstâncias, e disse discordar com o método que estava a ser seguido que consistia em agendar pareceres que eram distribuídos em cima das reuniões do Plenário.-----

---**A Senhora Presidente** salientou que não havia qualquer obrigação regimental de dar prazo entre a distribuição do parecer e a data da reunião de Plenário, acrescentando que o parecer até podia não ser entregue e o documento a que dizia respeito ser votado em Plenário.-----

---Chamou ainda a atenção para o facto das reuniões das Comissões serem abertas aos Senhores Deputados Municipais que não as integravam, os quais poderiam sempre estar presentes ou fazer-se representar por alguém dos seus gabinetes.-----

---Afirmou que a maior parte dos pareceres eram aprovados por unanimidade, eram factuais, não levantavam grandes questões, mas que, ainda assim, os partidos tinham sempre a possibilidade de pedir um adiamento com o fundamento de não terem tempo para proceder à respetiva avaliação.-

---Explicou que tentava sempre que as matérias não estivessem muito tempo na Assembleia à espera de serem discutidas, à exceção dos regulamentos e dos planos que eram matérias mais complexas, mas frisou que não podia deixar de reconhecer que as comissões tinham muito trabalho e que, por vezes, tinham dificuldade em encaixar-se nos agendamentos.-----

---Referiu que o problema levantado não se colocava em relação a todos os pareceres porque havia comissões que tinham dia certo para reunir, sendo que esse dia era sempre antes do fim de semana, e deu os exemplos da 3.^a Comissão que reunia à quarta-feira e da 6.^a Comissão que reunia à sexta.-----

---Disse que também a 4.^a Comissão reunia sempre durante a semana, pelo que também os respetivos pareceres poderiam analisados pelos Senhores Deputados que não a integravam durante o fim de semana.-----

---Admitiu que esse problema se colocasse em relação aos pareceres da 1.^a Comissão, uma vez que essa era a que tinha mais pareceres para dar, tendo até, muitas vezes, dificuldade em cumprir os prazos fixados para emissão dos mesmos.-----

---**O Senhor Primeiro-Secretário da Mesa, Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo,** informou que iria usar da palavra enquanto relator do parecer a que o Senhor Deputado Miguel Santos se havia referido. Disse nada ter a acrescentar ao sistema adotado pela Senhora Presidente em matéria de pareceres e acrescentou que em relação ao parecer em concreto a questão não se levantava uma vez que o mesmo já tinha sido feito e andava a circular havia cerca de três semanas. -----

---Explicou que o que se tinha passado fora que na reunião em que o referido parecer havia sido debatido tinham sido levantadas algumas dúvidas, que, aliás, estavam refletidas no próprio parecer, por si elaborado, dúvidas que entendera, na altura, que poderiam ser esclarecidas pela Câmara Municipal, e, em particular, pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, em sede de Plenário, concluindo que, no entanto, esse não havia sido o entendimento dos restantes grupos municipais.-----

---Concretizou que o entendimento geral tinha sido o de, perante essas dúvidas, e atendendo à correlação da proposta em causa com outra que tinha acabado de chegar à Assembleia, se proceder, ainda em sede de comissão, à audição do Senhor Vereador Manuel Salgado, o que, na sua opinião, acabara por ser de grande utilidade, porque não só as duas propostas haviam sido abordadas em conjunto, o que facilitava a sua análise, como tinham ainda beneficiado de uma informação dos Serviços do senhor Vereador de quatro ou cinco páginas que respondia a todas as questões levantadas pelos partidos e refletidas no parecer.-----



---Reiterou que aquele até era um caso em que o parecer tinha sido concluído muito antes do agendamento, ainda que o seu conteúdo tivesse exigido explicações complementares por parte da Câmara, os quais, eventualmente, também poderiam ser dados em sede de Plenário.-----

---Disse ter anexado ao parecer todos os esclarecimentos prestados por escrito, sem introduzir qualquer alteração no mesmo.-----

---Sugeri que ao invés de adiarem a proposta que estava agendada para a reunião do dia seguinte deveriam era antecipar para a mesma reunião a discussão da Proposta 12/2016, discutilas, até, num ponto único, porque se tratavam de propostas conexas, com pedidos de esclarecimentos, discussão e pareceres conexas.-----

---**A Senhora Presidente** observou que os projetos de parecer só eram enviados aos membros das comissões a que diziam respeito e que talvez fosse útil enviá-los, também, a todos os representantes, porque havia comissões nas quais os partidos pequenos não tinham assento e que, por essa razão, não recebiam os pareceres.-----

---Admitiu que acabava por haver uma lacuna de informação.-----

---Deu instruções ao Senhor Coordenador do Núcleo de Apoio às Comissões, Senhor Arquitecto Pedro Sanchez, no sentido de todos os projetos de parecer, e não apenas os pareceres, que fossem recebidos no núcleo, fossem enviados para todos os Senhores Representantes e, também, para os respetivos gabinetes de apoio.-----

---**O Senhor Deputado Miguel Santos** manifestou o seu apreço pelo procedimento proposto.-----

---**O Senhor Primeiro Secretário** disse que tinha acabado de sair da reunião da 1.ª Comissão, tal como o Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles, onde tinham estado a ouvir o Senhor Presidente da Câmara sobre a proposta do Colombo, cujo parecer também o iria ter como relator.-----

---Informou que o respetivo esqueleto ficara pronto antes da reunião, mas que, logo no início da mesma, havia dito que no parecer poderiam ser incluídas quaisquer conclusões resultantes de questões eventualmente suscitadas no seu decurso.-----

---Acrescentou que tinham acordado que o projeto de parecer circulasse durante o dia pelos membros da 1.ª Comissão, de forma a poderem apreciá-lo e a introduzirem as alterações que entendessem na reunião que iria ter lugar no final do dia, e a votá-lo na segunda-feira seguinte.-----

---Terminou, dizendo que a 1.ª Comissão adotara aquela prática, mas que, provavelmente, ainda poderia ser insuficiente, pelo que concordava com o procedimento sugerido pela Senhora Presidente.-----

---**A Senhora Presidente** reafirmou que o critério que adotara era o de publicar no *site* todas as propostas que já tivessem sido aprovadas pela Câmara Municipal, porque já eram públicas, mas que em relação aos projetos de parecer, e por se tratarem de meros documentos de trabalho, não seguia o mesmo método.-----

---Justificou que a colocação no *site* desses documentos de trabalho poderiam dar origem a várias versões, desde logo por parte da Comunicação Social, concluindo que os jornalistas, por vezes, faziam peças noticiosas sobre algo que não era definitivo e que essa não era, seguramente, uma boa prática.-----

---Terminou, dizendo que poderiam e deveriam promover a circulação interna dos documentos, mas que teria que haver articulação entre todos nesse sentido.-----

---**O Senhor Deputado Municipal José Leitão** disse secundar a proposta apresentada pelo Senhor Primeiro-Secretário no sentido de incluir também a Proposta n.º 12/CM/2016 na ordem



de trabalhos da reunião do dia seguinte, uma vez que haviam sido discutidas em conjunto na Comissão de Finanças e tinham parecer que iria ser aprovado na mesma reunião, concluindo que a discussão em Plenário das Propostas 814/CM/2015 e 12/CM/2016 só teria a ganhar se fosse feita em conjunto.-----

----**A Senhora Presidente** justificou que não tinha agendado a Proposta nº 12/CM/2016 porque alguém havia dito ser necessário ouvir a 3.^a Comissão, pelo que tinha decidido ouvir a Conferência de Representantes antes de fazer o respetivo agendamento.-----

----**O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos** levantou outra questão afirmando que a par do tempo de reflexão disponibilizado para a apreciação dos pareceres é que junto às propostas estivessem as transcrições das reuniões da Câmara Municipal e não apenas as votações relativas às mesmas, o que não estava a acontecer, havia já algum tempo.-----

----Qualificou a situação de muito negativa uma vez que ficavam sem saber o que se passava nas reuniões de Câmara e qual a motivação de um voto num ou noutro sentido, o que a juntar à circunstância dos pareceres chegarem fora de horas, tornava muito difícil que pudessem votar as propostas em consciência.-----

----**A Senhora Presidente** comprometeu-se a diligenciar no sentido da situação ser corrigida, mas chamou a atenção de que, por vezes, as propostas não tinham discussão.-----

----**O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles** referiu que as discussões que tinham em sede de Conferência eram sempre frutuosas e que as alterações que iam introduzindo ao modo de atuarem haviam resultado sempre em processos mais expeditos, com mais informação, pelo que também naquele caso poderia acontecer o mesmo.-----

----Manifestou concordância em que se tivesse conhecimento dos projetos de parecer com alguma antecedência, mas referiu que, ao mesmo tempo, concordava com o Senhor Primeiro – Secretário quando aquele dizia que quando não houvesse grandes divergências e grandes contributos a dar, quando houvesse um consenso alargado à volta de uma proposta, pudesse ser apresentado em sede de reunião de Comissão um esqueleto de parecer e pudesse haver desde logo um agendamento da mesma.-----

----Salientou o facto do *site* ter melhorado muito em termos de informação disponível, dando o exemplo da relativa às comissões, cuja agenda de reuniões era ali colocada, o que resultava, sem dúvida, num processo mais expedito.-----

----Sublinhou que, no entanto, por vezes, sentia falta de ver no *site* alguma informação que lhe chegava via *e-mail*, mas que se perdia na “parte negra” da internet e do seu *mail*.-----

----Referiu que muita da informação era relativa ao que já se tinha passado ou a assuntos que estavam agendados para o Plenário, perguntando se não haveria forma de terem alguma informação prévia mesmo em relação a matérias não agendadas.-----

----**A Senhora Presidente** afirmou que havia duas formas de resolver a questão que estava a ser colocada pelos Senhores Representantes, mais precisamente, ou se criava uma área no *site* com acesso privado, exclusivo dos Senhores Deputados Municipais, os quais iriam lá buscar documentos, ou colocavam no *site* os *drafts* de pareceres como documentos de trabalho das Comissões, concluindo que não precisavam de decidir aquele assunto naquele momento.-----

----Disse que, provavelmente, seria suficiente enviar os *drafts* de pareceres para os Senhores Representantes e para os respetivos gabinetes de apoio, e que era apenas uma questão de estarem atentos, até porque havia uma lista de pareceres, com as datas prováveis do respetivo agendamento.-----



----**O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles** referiu que tinha ficado com a ideia de que a Proposta n.º 12/CM/16 tinha sido automaticamente enviada para a Comissão de Urbanismo, mas que admitia que a Senhora Presidente tivesse dito que só o faria, caso alguém o requeresse.-----

----Afirmou que as Propostas n.ºs 814/CM/15 e 12/CM/16 estavam demasiado ligadas e que ambas deveriam descer à Comissão de Urbanismo.-----

----**A Senhora Presidente** perguntou se tal se justificava depois da discussão já estar feita.-----

----**O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles** referiu que olhara para as referidas propostas como se fossem siamesas, ou seja, que entendera que se uma fosse à Comissão de Urbanismo, iriam as duas, e que quando uma fosse agendada, a outra também o seria, concluindo que o seu entendimento era que ambas deveriam ser apreciadas pela Comissão de Urbanismo.----

----**A Senhora Segunda-Secretária, Dra. Margarida Saavedra,** declarou que tanto quanto sabia a Proposta n.º 12/CM/16 não havia sido submetida à apreciação da Comissão de Urbanismo, que tentara consultá-la, mas que a mesma não estava disponível. Explicou que se tratava da rotação de um edifício, o que significava alteração substancial de toda a envolvente, nomeadamente em relação a certos aspetos que levantavam questões, como a do paredão de seis metros que protegia o acesso ao estacionamento.-----

----Frisou que a rotação do edifício obrigava à requalificação de todo o espaço envolvente, sendo que o primeiro projeto levantara muitas questões relativamente à ligação existente com a Avenida Fontes Pereira de Melo.-----

----Sublinhou que a referida proposta tratava apenas de um reajustamento em termos de património, mas que a rotação do edifício nas circunstâncias descritas, mercê das retificações que o projeto tivera inicialmente, poderia colocar tudo em causa.-----

----Disse bem saber que a proposta ali se encontrava exclusivamente pela questão dos créditos, mas que gostaria de saber se a envolvente havia sido salvaguardada ou não, porque a ideia que tinha era que os problemas que tinham sido levantados a montante e a jusante se tinham certamente alterado, uma vez que a rotação do edifício implicava toda a reformulação do espaço que o envolvia, concluindo que no seu entender a proposta deveria descer à 3.ª Comissão.-----

----**A Senhora Presidente** informou que tinha sido colocada no *site* uma informação da Direção Municipal do Urbanismo sobre a ligação dos dois projetos e sobre as questões urbanísticas que se tinham levantado.-----

----**O Senhor Primeiro - Secretário** disse que o que a Senhora Segunda-Secretária acabara de dizer correspondia à verdade, mas que nada tinha a ver com as Propostas n.ºs 814/CM/15 e 12/CM/16, as quais correspondiam a duas desafetações do domínio público, relacionadas com duas parcelas de terreno e duas variantes do mesmo projeto.-----

----Esclareceu que relativamente a uma delas, as dúvidas que tinham sido colocadas, que estavam refletidas no seu parecer, e que estavam inicialmente relacionadas com a deslocação de uma parcela de terreno ao nível do subsolo, basicamente com as estacas, haviam sido esclarecidas pela Câmara Municipal, a qual também havia dado conhecimento das opções adotadas.-----

----Acrescentou que do ponto de vista político todas as propostas eram discutíveis, pelo que aquela também o poderia ser, sublinhando que do ponto de vista técnico-jurídico todas as questões equacionadas tinham sido esclarecidas.-----

----Referiu que em relação à Proposta n.º 12/CM/2016 uma das questões que se levantavam era se o parecer emitido pelo Ministério da Cultura deveria ou não ser seguido no tocante à questão



da rotação do edifício, o que se traduzia numa preocupação do ponto de vista arquitetónico e urbanístico, mas que não estava diretamente relacionada com a proposta em causa.-----

---Defendeu que ambas as propostas deveriam ser discutidas no dia seguinte, porque já andavam a trabalhar sobre elas havia um mês.-----

---Afirmou que admitindo que havia questões que se poderia colocar do ponto de vista urbanístico, não diretamente relacionadas com as propostas, mas com incidências sobre toda a zona envolvente e com o projeto que estava por discutir e aprovar, então que a Comissão de Urbanismo se pronunciasse sobre elas, mas num procedimento autónomo, no âmbito do exercício das suas competências de fiscalização normal da atividade da Câmara.-----

---Referiu que essas questões deveriam ter sido colocadas aquando da emissão do primeiro parecer, em que se procedeu à audição do Senhor Vereador Manuel Salgado, concluindo que deveria ter sido feita uma audição conjunta pelas Comissões das Finanças e do Urbanismo.-----

---Concluiu, dizendo que a questão da rotação do edifício não justificava mais duas semanas de adiamento, quando nem sequer era objeto de qualquer uma das propostas em apreço.-----

---**O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos** manifestou concordância relativamente à hipótese de discussão em conjunto das duas propostas, mas disse que o seu entendimento era no sentido de que seria importante ouvir a 3.^a Comissão, até porque se colocava a questão da eliminação de quarenta centímetros de passeio e de tal ocorrer na Avenida Cinco de Outubro.-----

---**O Senhor Deputado Municipal José Moreno** disse também concordar com a discussão conjunta das propostas, mas sublinhou que, na sua opinião, tal poderia ser feito já na reunião do dia seguinte, não carecendo por isso de pronúncia por parte da Comissão do Urbanismo, o que não impedia que a mesma não se pudesse pronunciar relativamente às questões que, eventualmente, o projeto que já ali tinha sido invocado levantasse do ponto de vista urbanístico, ou até que outras comissões que entendessem pertinente levantar questões de outra natureza o fizessem.-----

---Concluiu que as referidas propostas tinham sido enviadas para a Assembleia com um determinado fim, estavam em condições de serem discutidas, pelo que deveriam sê-lo já no dia seguinte.-----

---**A Senhora Presidente** frisou que havia vantagem na discussão conjunta das duas propostas, sublinhando que a Proposta n.º 814/CM/15 estava pronta e que ninguém lhe tinha requerido que baixasse à Comissão de Urbanismo, pelo que não se justificava adia-la.-----

-----Quanto à Proposta n.º 12/CM/2016, admitiu que tivera dúvidas sobre se a enviava ou não à 3.^a Comissão e que pelo que estava a ouvir podia constatar que não havia consenso entre os restantes membros da Conferência quanto a essa questão, sendo que o que lhe parecia era que a maioria se tinha pronunciado no sentido negativo.-----

---Disse que não via qualquer problema em que a referida proposta descesse à 3.^a Comissão se a mesma se comprometesse a analisá-la no prazo máximo de duas semanas, observando que, por vezes, os assuntos ficavam ali pendentes durante meses, ainda que reconhecesse que normalmente se tratassem de assuntos que exigiam pareceres difíceis, complexos.-----

---**A Senhora Segunda-Secretária** admitiu que a Proposta 814/CM/15 havia já algum tempo que estava na Assembleia para apreciação, o mesmo não acontecendo com a Proposta 12, que já era de dois mil e dezasseis.-----

---Disse que o edifício a que já anteriormente se tinha referido era um edifício isolado e não de acompanhamento e tinha alterações em termos urbanos.-----



---Acrescentou que relativamente à desafetação do domínio público só mais tarde se saberia se teria ou não consequências urbanísticas, algo que a preocupava bastante.-----

---Afirmou que a Comissão de Urbanismo tinha a obrigação de aprofundar as consequências que aquele tipo de situações poderia originar, frisando que aquelas eram matérias de urbanismo relacionadas com questões de ordenamento da Cidade, com toda a envolvente urbana, e não com questões estéticas.-----

---Observou que, por vezes, as desafetações eram feitas num plano de loteamento, pelo que já estavam aprovadas à partida, mas que, naquele caso, a situação era diferente.-----

---Manifestou-se incapaz de votar a Proposta n.º 12/CM/16 sem saber as consequências urbanísticas que poderiam resultar duma eventual aprovação da mesma.-----

---**O Senhor Deputado Municipal José Leitão** referiu que a referida proposta poderia perfeitamente ser discutida no dia seguinte.-----

---Disse admitir que a Senhora Segunda-Secretária tivesse o ponto de vista que acabara de expressar, mas frisou que a mesma o deveria ter expressado de forma tempestiva, ou seja, um mês antes, concluindo que havia um momento para debater e um momento para decidir, não podendo o debate ser permanente.-----

---**O Senhor Vice- Presidente da Câmara** salientou que os argumentos apresentados pela Senhora Segunda-Secretária poder-se-iam aplicar a todas as desafetações.-----

---**A Senhora Presidente** disse que não fazia qualquer sentido uma discussão teórica acerca do assunto e que deviam, antes, preocuparem-se em tentar resolver o problema concreto que se lhes colocava naquele momento.-----

---Lembrou que para a Proposta 12 ser incluída na ordem de trabalhos e ser discutida no dia seguinte, por implicar uma alteração à mesma, teria que haver um consenso de todas as forças políticas e, portanto, ter uma deliberação do Plenário.-----

---Afirmou que não iria forçar essa aprovação, até porque tinha dado mais uma semana para que determinadas questões relacionadas com a proposta em questão fossem dirimidas em sede de Conferência.-----

---Informou que iria manter a Proposta 814/CM/15 porque já estava pronta, com projeto de parecer já conhecido.-----

---Solicitou ao Senhor Coordenador do NAC que enviasse o referido projeto a todos os Senhores Representantes e respetivos gabinetes de apoio.-----

---Acrescentou que iria emitir um despacho no sentido da 3.ª Comissão se pronunciar, se assim o entendesse, ainda durante a semana em curso, sobre a Proposta 12/CM/16 e respetivo parecer o qual, em princípio, seria aprovado pela 1ª Comissão na reunião que iria ter lugar no final do dia.---

---Informou que a ordem de trabalhos da reunião do Plenário do dia seguinte iria ser alterada no sentido da Proposta n.º 814/CM/15 ser discutida antes das declarações políticas, justificando que tal se devia a um pedido apresentado pelo Senhor Vereador Manuel Salgado que teria que embarcar num avião a meio da tarde.-----

Ponto 2: Lista de matérias e propostas pendentes-----

---**A Senhora Presidente** referenciou o documento que continha as propostas pendentes em doze de fevereiro e as previsões de agendamento (doc. n.º 2) e perguntou em que ponto se encontravam as Petições n.ºs 15/2015 e 16/2015.-----

---**A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira** informou que estava prevista uma visita a Carnide e a Benfica no dia vinte e dois de fevereiro.-----



---**A Senhora Presidente** recordou que a Petição n.º 10/CM/2015 continuava a aguardar a posição da Procuradoria- Geral da República.-----

---Solicitou aos Senhores Representantes presentes que pertenciam à 4.ª Comissão que pedissem à respetiva Presidente que formulasse a questão, em termos exatos, a colocar ao Departamento Jurídico da Câmara relativamente à Proposta n.º 799/CM/2015 – Regulamento Municipal do Arvoredos.-----

---Informou que o Senhor Presidente da Câmara estivera durante a manhã a ser ouvido pela 1.ª Comissão sobre a Proposta n.º 805/CM/2015, a qual apresentava alguma complexidade, lembrando que se tratava de uma transação judicial.-----

---Especificou que essa complexidade nada tinha a ver com questões urbanísticas, mas com o facto de estarem pendentes dois processos em tribunal sobre o assunto, concluindo que o seu agendamento estava previsto para o dia vinte e três de fevereiro.-----

---Referenciou, de seguida, as duas propostas de delegação de competências agendadas, lembrando que já tinham estado na Assembleia em dois mil e quinze, mas que tinham voltado à Câmara porque as declarações de compromisso tinham caducado.-----

---Informou que tinha solicitado parecer ao Departamento Jurídico da Câmara sobre a proposta de manutenção de atribuição de despesas de representação ao pessoal dirigente da CML e que a Senhora Diretora do referido Serviço se tinha comprometido a enviá-lo à Assembleia até ao final da semana que estava a decorrer.-----

Ponto 3: Ajustamento do Calendário-----

---**A Senhora Presidente** mencionou o documento que continha a previsão das reuniões de dois mil e dezasseis feita à data de doze de fevereiro (doc. n.º 3) realçando que a realização do debate temático sobre o Parque Florestal de Monsanto, que já estava aprovada, estava prevista para os meses de fevereiro ou março.-----

---Referiu que as obras no Fórum estavam quase concluídas, pelo que aguardavam pelo fim das mesmas para agendar o Debate.-----

---Informou que para a semana seguinte estava agendada a primeira sessão ordinária e solicitou ao Senhor Vice-Presidente da Câmara que avisasse o Gabinete do Senhor Presidente de que a Informação Escrita teria que ser apreciada pela Assembleia nessa reunião porque a Lei assim o exigia.-----

---Prosseguiu, dizendo que se a ordem de trabalhos se esgotasse nessa sessão não haveria reunião no dia um de março, mas apenas no dia oito, sendo que se trataria de uma sessão extraordinária com perguntas à Câmara, concluindo que no dia vinte e três de março também não haveria reunião porque era a semana da Páscoa.-----

---Terminou, dizendo que a proposta de realização de debate temático apresentada pelo Senhor Representante do PCP seria trabalhada na reunião seguinte da Conferência uma vez que o mesmo não se encontrava presente.-----



---Durante a reunião foram distribuídos os documentos seguintes que se anexam a esta ata e dela fazem parte integrante:-----

- . Preparação da 95ª reunião da Assembleia Municipal (doc.n.º 1)-----
- . Lista de matérias e propostas pendentes (doc. n.º 2)-----
- . Ajustamento do Calendário (doc. n. 3)-----
- . Proposta de debate temático “A Economia na Cidade e o Trabalho - Perspectivas para o Futuro” apresentado pelo PCP (doc. 4)-----
- . Conferência de Representantes 15.02.2016 – Pedido de contributos-----

---Nada mais havendo a acrescentar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa deu por encerrada a reunião pelas treze horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros que compõem a Mesa. -----

A Presidente _____

O Primeiro-Secretário _____

A Segunda-Secretária _____